

Liberdade de escolha no Ensino

Eugenio Viassa Monteiro

July 31, 2016

Este é que é o verdadeiro critério: o que não serve deve ser substituído por aquilo que é bom. E quem deve avaliar são os pais, com as suas opções, não os sindicatos nem o ministro.

É convicção geral que apenas as famílias ricas têm os filhos a estudar nos centros privados e que os pobres vão para o ensino oficial onde têm tudo pago. Talvez entre nós esta convicção tenha base na tradição de os meninos preguiçosos e chumbões, de famílias ricas irem para os colégios internos.

As ideias feitas, os preconceitos, sobre este assunto parecem reduzir a capacidade de pensar com isenção e profundidade, o que me leva a recordar um estudo cuidado, de muitos anos e de forte impacto, que abalou as convicções tradicionais face ao relato e contacto com fatos sobre os quais vale a pena voltar a perder uns minutos.

O estudo recolhido no essencial no livro *The Beautiful Tree: A Personal Journey into How the World's Poorest People Are Educating Themselves*, de James Tooley (2009, Cato Institute), revela práticas de famílias pobres, em flagrante contradição com as convicções dos responsáveis pelo ensino em diferentes países. Após anos de investigação – confrontando os achados com os responsáveis do ensino, num estreito contacto com a realidade escolar na África, na Índia e noutros países asiáticos –, encontrava evidências bem ao invés das certezas profundamente arraigadas. Por facilidade eu referirei apenas a cidade de Hyderabad, embora o fenómeno se desse no resto da Índia, nos países africanos e asiáticos, como o autor relata no livro.

Notava ele que no casco antigo da cidade de Hyderabad as escolas oficiais gratuitas tinham boas instalações físicas, laboratórios e ginásios, e professores diplomados; apesar disso, os pais das crianças pobres não mandavam os filhos para essas escolas; muito perto, surgiam escolas privadas, com instalações decrépitas e sujas, com professores sem a habilitação adequada, sem laboratórios nem ginásios; melhor, tudo improvisado. E os pais pagavam uma propina mensal e a escola era cada vez mais solicitada, o que permitia ter umas propinas baixas. Nos Ministérios e nas instâncias oficiais a convicção inabalável e firme era que só os ricos iam para as essas escolas privadas, onde se pagava!

O autor não conseguia explicar a contradição entre a realidade que constatava com os seus olhos e a versão dos burocratas dos corredores do poder, que nunca saíam dos seus gabinetes – se é que iam aos gabinetes –, para ver a realidade. Repetiam a sua ‘cassete’ de que o ensino gratuito oficial era utilizado pelos pobres, e só os ricos mandavam os filhos para as escolas privadas.

Tentou chamar a atenção em todos os níveis da burocracia; e depois de os ter levado a visitar as escolas, e conversado com os pais dos meninos pobres, fez-se luz naquelas mentes: onde as crianças de verdade aprendiam era nas escolas privadas. Porquê? Havia um director, responsável e dedicado que sentia o drama dos pobres; e os professores eram dedicados, imaginativos, vindos de estratos pobres também, que estimulavam com concursos, visitas, exposições dos alunos, etc.; nunca faltavam e sabiam motivar. Os pais, alguns analfabetos, viam que as crianças ali aprendiam, estavam felizes, exigidas e a trabalhar. Daí que pagassem a propina, com sacrifício mas com gosto.

O ensino oficial era gratuito... em boas instalações, com livros e uniformes dados, mas os professores, colocados por cunhas dos políticos, faltavam quando apetecia; o clima era de amiguismo irresponsável. Não havia inovações, e os directores não podiam exigir dos protegidos políticos uma prestação justa face à remuneração que recebiam. Nestes últimos anos, felizmente, os abusos vão-se reduzindo, há mais moralização com o novo Governo, e interiorização do sentido profissional e de justiça na acção.

Estou a referir-me a países em desenvolvimento. Contudo, não deixa de haver parecenças com os desenvolvidos. Lembra um político nosso que num local com ensino oficial e privado (este com contrato de associação, para a comparação ser válida), se se tratava de fechar turmas por falta de estudantes, deveriam fechar-se as que tivessem menos alunos inscritos, porque os pais sabem bem o que tem qualidade. Este é que é o verdadeiro critério: o que não serve deve ser substituído por aquilo que é bom. E quem deve avaliar são os pais, com as suas opções, não os sindicatos nem o ministro.

Se nem todos têm meios económicos, parte do dinheiro com a Educação deveria aplicar-se em contratos de associação para criar uma real liberdade de escolha, que têm os ricos, por terem dinheiro, mas não têm os pobres. O ensino oficial ganharia mais qualidade ao competir, ao querer ser uma real alternativa ao ensino privado. Ganharia, sem dúvida o país!